

# Coremas III Geração de Energia SPE

S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de  
2025 e 2024.**



KPMG Assurance Services Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto 101 – parte e 701 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Diretores da**

**Coremas III Geração de Energia SPE S.A.**

Coremas - PB

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Coremas III Geração de Energia SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Coremas III Geração de Energia SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de abril de 2026

KPMG Assurance Services Ltda.

CRC 2SP-023228/O-4

  
Laércio Gésio Lucinda

Contador CRC 1SP241847/O-9

## Coremas III Geração de Energia SPE S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2025	2024		Nota explicativa	2025	2024
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	25.821.350	16.311.247	Empréstimos e financiamentos	11	4.409.118	4.505.863
Contas a receber de clientes	7	2.597.440	2.765.192	Fornecedores		799.741	1.132.430
Impostos e contribuições a recuperar		10.698	14.333	Imposto de renda e contribuição social		417.210	365.242
Outras contas a receber	8	594.351	1.050.499	Obrigações tributárias		142.100	151.660
				Dividendos a pagar	12	6.526.920	-
		<b>29.023.839</b>	<b>20.141.271</b>	Outras contas a pagar	13	689.680	200.332
						<b>12.984.769</b>	<b>6.355.527</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Imobilizado	9	115.604.106	121.603.790	Empréstimos e financiamentos	11	50.745.386	56.134.768
Intangível	10	718.889	752.222			<b>50.745.386</b>	<b>56.134.768</b>
		<b>116.322.995</b>	<b>122.356.012</b>	<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	14	75.170.697	75.170.697
				Reserva de lucros		6.445.983	4.836.291
						<b>81.616.680</b>	<b>80.006.988</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>145.346.834</b>	<b>142.497.283</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>145.346.834</b>	<b>142.497.283</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Coremas III Geração de Energia SPE S.A.

## Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em Reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Receita operacional líquida	15	29.320.095	32.260.608
(-) Custos da operação	16	(10.108.467)	(10.036.003)
<b>Lucro bruto</b>		<b>19.211.628</b>	<b>22.224.605</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas administrativas e gerais	16	(2.466.704)	(1.476.390)
		<b>(2.466.704)</b>	<b>(1.476.390)</b>
<b>Resultado operacional</b>		<b>16.744.924</b>	<b>20.748.215</b>
Receitas financeiras	17	1.556.668	1.094.929
Despesas financeiras	17	(8.722.443)	(9.526.985)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(7.165.775)</b>	<b>(8.432.056)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>9.579.149</b>	<b>12.316.159</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	(1.442.536)	(1.379.002)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>8.136.613</b>	<b>10.937.157</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Coremas III Geração de Energia SPE S.A.

## Demonstração do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

*(Em Reais)*

	<u>2025</u>
Lucro líquido do exercício	<u>8.136.613</u>
Outros resultados abrangentes	
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>8.136.613</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Coremas III Geração de Energia SPE S.A.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

*(Em Reais)*

	Capital Social subscrito	Capital Social a integralizar	Capital Social	Reserva Legal
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2024</b>	<b>78.890.906</b>	<b>(3.720.209)</b>	<b>75.170.697</b>	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2024</b>	<b>78.890.906</b>	<b>(3.720.209)</b>	<b>75.170.697</b>	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-
Destinação para Reserva de Lucros	-	-	-	-
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	648.645
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-
Dividendos adicionais distribuídos	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2025</b>	<b>78.890.906</b>	<b>(3.720.209)</b>	<b>75.170.697</b>	<b>648.645</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Em Reais)*

	Nota explicativa	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		8.136.613	10.937.157
<b>Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:</b>			
Depreciação e amortização	9/10	6.330.126	6.328.557
Juros sobre empréstimos	11	4.804.740	5.262.863
Amortização dos custos de transação dos empréstimos	11	281.890	307.516
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	1.442.536	1.379.002
<b>Aumento líquido/(redução) das contas de ativos e passivos operacionais</b>			
Contas a receber de clientes		167.749	(390.124)
Tributos a recuperar		3.635	(1.359)
Outras contas a receber		456.148	47.787
Fornecedores		(332.689)	530.108
Obrigações tributárias		(20.650)	57.082
Outras contas a pagar		489.350	(3.694.769)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>21.759.448</b>	<b>20.763.820</b>
Juros pagos	11	(4.879.777)	(5.240.149)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.379.478)	(1.277.522)
<b>Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>15.500.193</b>	<b>14.246.150</b>
Aquisição de ativo imobilizado		(297.108)	-
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>(297.108)</b>	<b>-</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Amortização do principal do empréstimo	11	(4.589.797)	(4.631.296)
Aplicação financeira restrita	11	(1.103.185)	(757.714)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>		<b>(5.692.982)</b>	<b>(5.389.010)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>9.510.103</b>	<b>8.857.139</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		16.311.247	7.454.108
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		25.821.350	16.311.247
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>9.510.103</b>	<b>8.857.139</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1 Contexto operacional

A Coremas III Geração de Energia SPE S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima constituída em 16 de fevereiro de 2016 estabelecida no Sítio Escurinho município de Coremas, no estado da Paraíba. Seu objetivo principal consiste na construção, operação e manutenção de usina solar fotovoltaica para venda de energia.

A Companhia possui atualmente uma central geradora de energia solar com nove unidades geradoras (inversores) de 3,000 MW de potência nominal totalizando 27 MW de capacidade instalada.

Em 4 de novembro de 2025, a CHINA ENERGY OVERSEAS INVESTIMENTO GESTAO E SERVICOS DO BRASIL LTDA , sociedade integrante do grupo China Energy, concluiu a aquisição de três usinas fotovoltaicas denominadas Coremas I, II e III, mediante a aquisição de 100% de participação societária em uma NewCo constituída para esse fim.

Em decorrência dessa transação, houve alteração no controlador final da Companhia, que passou a ser, indiretamente, o grupo China Energy. A Administração entende que a referida operação não impactou, de forma relevante, a continuidade operacional, tampouco os critérios contábeis adotados na elaboração das demonstrações financeiras.

### 1.1 Autorização para produção de energia elétrica

A Companhia possui autorização outorgada para produção independente de energia elétrica, conforme demonstrado a seguir:

Central Geradora	Portaria MME	Publicação da Portaria	Prazo Autorização	Capacidade de energia instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)
UFV Coremas III	210/2016	31/05/2016	35 anos	27	7,1

### 1.2 Contrato de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía o seguinte contrato de compra e venda de energia de longo prazo:

Central Geradora	Tipo Contratação	Compradora	Contrato Ano	Preço contratado por MW (a)	Prazo	Índice de Reajuste	Mês de Reajuste
SOL Coremas III	8º Leilão de Energia de Reserva (LER)	CCEE	2015	R\$ 302,80	Nov/2018 a Out/2038	IPCA	Novembro

- (a) O preço por MW é atualizado, anualmente, pelo IPCA e em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 501,15 (R\$ 478,74 em 31 de dezembro de 2024).

### 1.3 Constrained-off

O desempenho das usinas solares é impactado pela limitação relativa ao volume de energia a ser gerada imposta pelo Operador Nacional do Sistema elétrico (ONS). Esta usina sofreu um impacto

significativo na geração de energia, devido ao aumento da frequência e duração da limitação de potência imposta pelo operador. Em 2024, mediante as publicações e sinalizações de abatimentos e recebimentos dos valores pertinentes ao constrained-off, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 252.277 em 2024, cujo impacto contábil pode ser verificado na nota explicativa 14. Em 2025, não foram identificados impactos relacionados a esse mesmo evento.

## **2 Base de preparação**

### **a. Declaração e conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes para a adequada interpretação das demonstrações financeiras estão devidamente apresentadas, sem omissões ou distorções que possam comprometer sua interpretação, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua Gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 22 de abril de 2026.

### **b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico amortizado, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados a valor justo por meio do resultado.

### **c. Moeda funcional e de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **3 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são baseadas em informações históricas e outros fatores relevantes, incluindo expectativas de eventos futuros que são considerados razoáveis sob as circunstâncias atuais. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### **(i) Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

**a. Vida útil dos ativos**

A vida útil dos ativos é estimada com base na análise técnica das reais condições de uso e necessidade de manutenção do ativo bem como a análise do período pelo qual o ativo pretende ser utilizado nas operações da Companhia, conforme período de autorização indicado no item 1.1. Os ativos são submetidos à análise sobre a necessidade de testes de recuperabilidade (*impairment*) a cada exercício financeiro, para determinar se há algum indicativo de que os ativos sofreram alguma perda por redução do valor recuperável, conforme nota 4 (d)(ii).

**b. Provisão para perdas em processos judiciais**

As provisões para perdas em processos judiciais são constituídas, no passivo, com base na expectativa de perda provável definida pelos assessores jurídicos da Administração. Estas provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

**c. Provisão de ressarcimento**

A Companhia reconhece a provisão de ressarcimento em virtude de desvios negativos de geração de energia considerando-se as faixas de tolerância. O acompanhamento da energia gerada e contratada é realizado mensalmente, e a contabilização da provisão de ressarcimento ocorre, durante o ciclo contratual, quando a Companhia considera provável incorrer em passivos de ressarcimento por desvios negativos de geração de energia.

**d. Reconhecimento de receita anual variável**

A Companhia reconhece a receita quando da apuração dos desvios positivos de geração de energia considerando-se as faixas de tolerância. O acompanhamento da energia gerada e contratada é realizado mensalmente, e a contabilização da receita variável ocorre ao final do ciclo contratual quando há a apuração do saldo acumulado da conta de energia e a Companhia passa a ter o direito à contraprestação de receita sobre os desvios positivos de geração energia.

**e. Valor justo de instrumentos financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

## **4 Principais políticas contábeis materiais**

**d.** As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis descritas na nota explicativa nº5.

**(i) Ativo Financeiro**

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da

negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A classificação de um instrumento financeiro no momento inicial é como segue:

**Ativos financeiros ao custo amortizado:** são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável (perdas por *impairment*). As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** se o instrumento financeiro for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado após seu reconhecimento inicial, ou não tiver sido anteriormente reconhecido, a diferença no momento da designação entre o valor contábil, se houver, e o valor justo é imediatamente reconhecida no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

*Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais (pagamento de principal e de juros).*

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de financiamento (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros, isso inclui a avaliação sobre se o ativo Financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxo de caixa de ativos específicos (por exemplos, baseados na performance de um ativo).

**(ii) Passivos financeiros**

Passivo financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia possui passivos financeiros classificados nessa categoria.
- **Mensurados subsequentemente ao custo amortizado:** são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 21.

**(iii) Instrumentos financeiros derivativos**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não celebrou contrato de instrumentos financeiros derivativos.

**e. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e Mensuração**

O ativo imobilizado é inicialmente mensurado pelo seu custo histórico de aquisição. Os componentes do custo contemplam (a) as aquisições; (b) os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e em condição de funcionamento e (c) custos de empréstimos atribuíveis diretamente à construção do ativo imobilizado.

**(ii) Custos subsequentes**

Os custos de manutenção periódica dos ativos são reconhecidos no resultado quando de sua competência. Custos subsequentes apenas são capitalizados quando, e na medida que, prováveis benefícios econômicos associados ao item fluam para a Companhia.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada separadamente para cada item do ativo com custo significativo (em relação ao custo total). O cálculo é efetuado com base na vida útil, limitada ao período de autorização, e valores residuais estimados, utilizando o método linear, considerando o menor

período a entre a vida útil e o prazo de autorização (nota 1.1).

A depreciação do período é reconhecida no resultado e os métodos de cálculo, e as estimativas são revistos a cada exercício financeiro para determinar se há alguma indicação de que houve perda por redução de valor recuperável.

**f. Receitas de venda de energia elétrica**

A receita é mensurada e reconhecida com base no Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade quantidade de energia elétrica de acordo com os seguintes parâmetros:

**(i) Reconhecimento da receita**

O principal critério de reconhecimento e mensuração da receita do contrato de energia de reserva é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- A identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- A identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- A determinação do preço para cada tipo de transação;
- A alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- O cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período no tempo, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

**(ii) Contrato com CCEE**

Corresponde, se aplicável, ao pagamento associado aos desvios positivos de geração de energia considerando-se as faixas de tolerância. Os valores são apurados ao final de cada ano contratual pelo controle do saldo acumulado da conta de energia.

*Receitas mensais recorrentes*

A Companhia reconhece receita operacional mensalmente pela entrega da produção da energia, no limite da quantidade de energia fixa contratada, conforme ao Contrato de Energia de Reserva (CER)

*Receitas anuais variáveis*

O Contrato de Energia de Reserva (CER) estabelece que sejam apuradas, ao final de cada ano contratual, as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. A parcela do saldo acumulado ao final de cada ano contratual que extrapolar os limites da faixa de tolerância confere direito à contraprestação de receita variável.

O reconhecimento da receita variável no resultado ocorre mensalmente, longo da apuração do saldo acumulado da energia gerada excedente, quando a Companhia controla entende o

cumprimento dar com a obrigação de desempenho contratual.

**g. Redução ao valor recuperável**

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- (i) **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa de cliente é reconhecida quando, e na medida em que, a Administração considera que é pouco provável que o devedor pague suas obrigações de crédito à Companhia.
- (ii) **Ativos não financeiros:** O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo supere o valor recuperável estimado.

No exercício findo em 2025 e 2024 a Companhia concluiu não haver indicativos de redução ao valor recuperável de seus ativos (financeiros e não financeiros).

**h. Imposto de renda e contribuição social correntes**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia foi optante pela tributação no regime de lucro presumido.

Nessa sistemática, o resultado para fins de IRPJ e CSLL da Companhia é calculado aplicando-se sobre a receita apurada as alíquotas definidas para essa atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (15% mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$ 240 anuais para IRPJ, e 9% para CSLL).

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes.

**i. Provisões**

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal que possa ser mensurada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para sua liquidação.

**j. Receita e despesa financeira**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, estas são reconhecidas, em sua competência, no resultado do exercício por meio do método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com custo e juros sobre os empréstimos, IOF, despesas bancárias, multas contratuais, e juros sobre outras obrigações que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado

através do método da taxa efetiva de juros.

## 5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis, vigentes para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024, não impactaram a preparação destas demonstrações financeiras, conforme detalhado a seguir:

### a. CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

### b. Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 40 e CPC 48)
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 40 e CPC 48)

## 6 Caixas e equivalentes de caixa

	2025	2024
Banco conta movimento	67.943	2.260.107
Aplicações financeiras (a)	25.753.407	14.051.140

<b>25.821.350</b>	<b>16.311.247</b>
-------------------	-------------------

- (b) A conta corresponde a aplicações financeiras de resgate imediato, com baixo risco de mudança de valor e com prazo de vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender às obrigações de curto prazo. A remuneração das aplicações é de em média, 15% no exercício de 2025 (10,88% no exercício de 2024).

## 7 Contas a receber

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Recebíveis de energia de reserva – receita recorrente (a)	2.597.440	2.481.171
Recebíveis de energia de reserva – receita variável	-	284.021
	<b>2.597.440</b>	<b>2.765.192</b>

- (a) Se referem ao montante a receber decorrente da parcela mensal da receita recorrente descrita na nota 4c (ii).

A abertura do saldo a receber, de 2025, por vencimento está demonstrada no quadro a seguir:

	<b>Valor</b>
A vencer em até 30 dias	2.597.400
<b>Total a vencer</b>	<b>2.597.440</b>

## 8 Outras contas a receber

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Prêmios de seguro (a)	316.659	306.204
Carta Fiança (b)	-	602.805
Mútuos (Nota 17)	184.148	72.577
Adiantamento de fornecedor	93.544	68.913
	<b>594.351</b>	<b>1.050.499</b>

- (a) Prêmios de seguro: são despesas pagas antecipadamente referentes às apólices de seguros de risco operacional e responsabilidade civil necessários para operação da usina. Os valores são apropriados nas contas de despesa, mensalmente, em função do prazo de vigência das apólices.
- (b) Carta Fiança: são despesas pagas referente a Carta Fiança CMT/20-ADT01-C1 do Banco BTG em vigor até 20-06-2025, **atrelada aos empréstimos com o BNB** e tem natureza de **garantia**, com o objetivo de assegurar o cumprimento de obrigações contratuais por parte da Companhia. Em 2025, a garantia anteriormente vinculada a uma operação de crédito específica da Companhia foi liberada pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB). Em decorrência desse evento, foi autorizada a liquidação da garantia bancária emitida pelo Banco BTG Pactual S.A., cuja efetivação estava condicionada à manutenção de tal garantia.

## 9 Imobilizado

	<b>Máquinas e Equipamentos</b>	<b>Computadores</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>127.899.014</b>	-	<b>127.899.014</b>
Depreciação (a)	(6.295.223)	-	(6.295.223)
<b>Saldos em 31/12/2024</b>	<b>121.603.790</b>	-	<b>121.603.790</b>
Aquisições	276.909	20.199	297.108
Depreciação (a)	(6.296.184)	(609)	(6.296.793)
<b>Saldos em 31/12/2025</b>	<b>115.584.515</b>	<b>19.590</b>	<b>115.604.106</b>

- (a) A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear de acordo com a vida útil estimada para cada unidade geradora. A vida útil para a Central Geradora (UFV) foi estimada por meio de laudo técnico de engenharia. A depreciação dos ativos está limitada ao período de autorização, conforme nota explicativa 1.1. A taxa média anual de depreciação da central geradora foi de 4,89% a.a.

## 10 Intangível

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Direito de uso de terreno (a)	1.000.000	1.000.000
(-) Amortização acumulada	(281.111)	(247.778)
	<b>718.889</b>	<b>752.222</b>

- (a) A rubrica se refere ao valor integralmente pago á Rio Alto Energia Empreendimento e Participação LTDA pelos direitos de usufruto de 30 anos do Sítio Escurinho em Coremas-PB, onde a Usina Fotovoltaica está implantada.

## 11 Empréstimos e financiamentos

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Banco do Nordeste (a)	68.130.865	72.795.699
(-) Custos de transação (b)	(3.997.717)	(4.279.608)
(-) Fundo de reserva (c)	(8.978.645)	(7.875.460)
	<b>55.154.504</b>	<b>60.640.631</b>
Circulante	4.409.118	4.505.863
Não circulante	50.745.386	56.134.768
	<b>55.154.504</b>	<b>60.640.631</b>

- (a) Se refere ao saldo a pagar do financiamento tomado do Banco do Nordeste para construção do Complexo Solar de Coremas III à taxa de juros 2,7382% a.a. + IPCA. Primeira parcela paga com vencimento de 15/12/2021. O último pagamento de parcela de empréstimo (principal e juros) está contratualmente previsto para 15/11/2038.

**Cronograma dos vencimentos classificados em passivos não circulantes**

O fluxo de amortização está demonstrado a seguir:

2026	4.409.118
2027	4.509.615
A partir de 2028	46.235.771
	<u><u>55.154.504</u></u>

- (b) Os valores alocados como custo de transação se referem às despesas incorridas com taxas de comissão, garantia e compromisso diretamente atribuíveis aos empréstimos tomados do Banco do Nordeste. Estes valores estão sendo amortizados de acordo com o prazo de contratual da dívida.
- (c) O valor de fundo de reserva se refere à aplicação financeira cuja propriedade e posse direta foi concedida ao Banco do Nordeste em virtude do financiamento contratado. O saldo deste ativo, que representa no mínimo 6,15% do saldo devedor, podendo, de acordo com as regras contratuais, ser realizado pelo proprietário fiduciário para amortização da dívida bancária.

A movimentação do saldo dos empréstimos está demonstrada a seguir:

<b>Saldo em 1º de Janeiro de 2024</b>	<b>65.699.411</b>
(+) Despesas de juros incorporadas à dívida	5.262.863
(+) Amortização custos de transação	307.516
(-) Juros pagos	(5.240.149)
(-) Amortização do principal da dívida	(4.631.296)
(-) Aumento do fundo de reserva (aplicação restrita)	(757.714)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>60.640.631</b>
(+) Despesas de juros incorporadas à dívida	4.804.740
(+) Amortização custos de transação	281.890
(-) Juros pagos	(4.879.777)
(-) Amortização do principal da dívida	(4.589.797)
(-) Aumento do fundo de reserva (aplicação restrita)	(1.103.185)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>55.154.504</b>

O contrato de empréstimo possui cláusulas restritivas (covenants) qualitativas e quantitativas, as quais são acompanhadas anual e mensalmente, respectivamente, pela Companhia. Em 2024 e 2025, a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas e condições (covenants) previstas nos contratos de empréstimos e financiamentos celebrados com instituições financeiras.

## 12 Dividendos a pagar

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da conta Dividendos a Pagar totaliza R\$ 4.594.474, referente aos dividendos declarados pela Administração. A distribuição foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 15 de junho de 2025, referente ao resultado apurado em 31 de dezembro de 2024.

Os dividendos declarados serão pagos ao único acionista registrado na data-base de 31 de dezembro de 2024. Até a data de emissão das demonstrações financeiras, os dividendos não haviam sido pagos.

Além disso, foram reconhecidos os dividendos mínimos, conforme determina o Estatuto Social, no valor de R\$ 1.932.446.

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
NewCo S.A.	6.526.920	-
	<b>6.526.920</b>	<b>-</b>
	<b>6.526.920</b>	<b>-</b>

### **13 Outras contas a pagar**

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Ressarcimento a pagar CCEE (a)	350.779	-
Coremas II - Acordo operacional (b)	49.543	79.496
NEWCO S.A. (c)	289.314	-
Premios de Seguros a Pagar	-	120.836
Outras Contas a Pagar	44	-
	<b>689.680</b>	<b>200.332</b>
	<b>689.680</b>	<b>200.332</b>

- (c) Ressarcimento a pagar CCEE: O saldo de outras contas a pagar se refere ao saldo de 12 parcelas de reembolso devido pela Companhia em virtude de desvio negativo de energia apurado no fim do ano contratual. Conforme contrato de Energia de Reserva – CER (ver nota explicativa 1.2 e nota 3 (c)), os desvios são apurados pela diferença entre a quantidade de energia gerada e a quantidade de energia contratada. Em havendo desvio negativo de energia, no fechamento do balanço energético anual, a Companhia deve ressarcir o montante à CCEE.
- (d) Referente ao Acordo Operacional com a Coremas II Geração de Energia SPE SA para compartilhamento das despesas financeiras referentes ao empréstimo captado para construção da Subestação, que atende às Coremas I, II e III.
- (e) Saldo originado de mútuo entre as partes. Não foram aplicados juros na transação.

As transações com partes relacionadas estão detalhadas na nota explicativa 19.

### **14 Patrimônio líquido**

#### **a. Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social de R\$ 78.890.906, foi representado por 75.170.697 quotas, com o valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas e 3.720.209 quotas a integralizar, ficando a composição entre os cotistas da seguinte forma:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
New Co S.A.	78.890.906	78.890.906
Capital a integralizar	(3.720.209)	(3.720.209)
	<b>75.170.697</b>	<b>75.170.697</b>
	<b>75.170.697</b>	<b>75.170.697</b>

	Número de quotas	%	R\$
New Co S.A.	78.890.906	100%	78.890.906
(-) Capital a integralizar	(3.720.209)	100%	(3.720.209)
<b>Total Integralizado</b>	<b>75.170.697</b>	<b>100%</b>	<b>75.170.697</b>

## 15 Receita operacional líquida

	2025	2024
Receita bruta da venda de energia	30.430.820	33.230.007
Outras receitas (a)	-	252.277
(-) Tributos sobre a receita	(1.110.725)	(1.221.676)
	<b>29.320.095</b>	<b>32.260.608</b>

(iii) Conforme mencionado na nota explicativa 1.3, o desempenho das usinas solares tem sido impactado pela limitação relativa ao volume de energia a ser gerada imposta pelo operador brasileiro do sistema (ONS), constrained-off, deste modo a Companhia reconheceu em 2024 o valor de R\$ 252.277, que é fruto da compensação destas limitações. Em 2025, não houve impacto referente à constrained-off.

## 16 Custos e despesas

	2025	2024
Tarifas de transmissão de energia (a)	(1.406.700)	(1.172.544)
Custo de Manutenção (b)	(2.298.239)	(1.353.829)
Custo da Compra de energia (c)	-	(983.097)
Outros Custos (d)	(73.402)	(197.977)
Depreciação e Amortização	(6.330.126)	(6.328.556)
Serviços prestados por terceiros	(1.373.298)	(633.065)
Outras despesas	(1.093.406)	(843.325)
	<b>(12.575.171)</b>	<b>(11.512.393)</b>
Custos da operação	(10.108.467)	(10.036.003)
Despesas administrativas e gerais	(2.466.704)	(1.476.390)
	<b>(12.575.171)</b>	<b>(11.512.393)</b>

- (a) Referem-se às taxas relativas à transmissão de energia que são cobradas com relação à distribuição da energia.
- (b) Custo de manutenção dos equipamentos do parque.
- (c) Compra devido à produção menor do contratado com a CCEE, em 2024.
- (d) Penalidades por produção à menor em relação ao contrato com a CCEE.

## 17 Resultado financeiro líquido

	2025	2024
Rendimento de aplicações financeiras	1.556.668	802.857
Outras receitas	-	292.072
<b>Receitas financeiras</b>	<b>1.556.668</b>	<b>1.094.929</b>
Juros passivos sobre empréstimos	(5.143.156)	(5.629.955)
Amortização custo de transação e carta fiança	(2.788.684)	(2.968.934)
Tarifa bancária	(49.783)	(113.726)
IOF	(36.408)	(34.470)
Outras despesas financeiras	(704.412)	(779.900)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(8.722.443)</b>	<b>(9.526.985)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(7.165.775)</b>	<b>(8.432.056)</b>

## 18 Imposto de renda e contribuição social

A composição do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro estão demonstradas a seguir:

### (ii) Conciliação do lucro tributável

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Receita operacional tributável	30.430.820	33.482.283
Receita financeira tributável (a)	1.556.668	1.093.377
<b>Total da Receita Tributável</b>	<b>31.987.488</b>	<b>34.575.660</b>
<b>Apuração do lucro presumido para fins de IRPJ</b>		
Alíquota de presunção sobre receita operacional	8%	8%
Alíquota de presunção sobre receita financeira	100%	100%
<b>Lucro presumido para fins de IRPJ apurado</b>	<b>3.991.134</b>	<b>3.771.959</b>
<b>Apuração do lucro presumido para fins de CSLL</b>		
Alíquota de presunção sobre receita operacional	12%	12%
Alíquota de presunção sobre receita financeira	100%	100%
<b>Lucro presumido para fins de CSLL apurado</b>	<b>5.208.366</b>	<b>5.111.250</b>

### (iii) Apuração do valor devido de IRPJ e CSLL

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
IRPJ Devido (alíquota 15%)	598.670	565.794
Adicional de IRPJ devido (alíquota 10%)	375.113	353.196
<b>Total de IRPJ devido</b>	<b>973.783</b>	<b>918.990</b>
CSLL devida (alíquota 9%)	468.753	460.013
<b>Total de CSLL devida</b>	<b>468.753</b>	<b>460.013</b>
IRPJ corrente devido	973.783	918.990
CSLL corrente devido	468.753	460.013
Complementos devidos	-	-
<b>Total de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>1.442.536</b>	<b>1.379.002</b>

(a) Em 2024, a Companhia reconheceu receita financeira no valor de R\$ 1.552 decorrente de atualização monetária (Selic) sobre indébito tributário, que não compõe a base de cálculo de IRPJ e CSLL, conforme definição do STF - Tema nº 962.

## 19 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas se referem aos valores movimentados entre empresas do grupo para pagamento de fornecedores e manutenção do fluxo de caixa. A composição da movimentação destes valores está demonstrada na tabela a seguir:

<b>Ativo Circulante</b>		
New Co (a)	127.834	16.262
Coremas I (a)	56.314	56.314
	<b>184.149</b>	<b>72.577</b>
<b>Passivo circulante</b>		
Coremas II (b)	49.543	79.496
Coremas II – Reembolso de Despesas	-	584

New Co (a)	289.314	-
Dividendos – NewCo (c)	6.526.920	-
	<b>6.865.777</b>	<b>79.496</b>

	2025	2024
<b>Despesas Financeiras</b>		
Juros sobre Empréstimos - Acordo Operacional (b)	338.416	367.092
	<b>338.416</b>	<b>367.092</b>

(a) Operações com partes relacionadas decorrentes do compartilhamento de despesas administrativas e operacionais..  
(b) Referente ao Acordo Operacional com a Coremas II Geração de Energia SPE SA para compartilhamento das despesas financeiras referentes ao empréstimo captado para construção da Subestação, que atende às Coremas I, II e III.  
(c) Dividendos a Pagar de R\$ 4.594.474, referente aos dividendos declarados pela Administração aprovado em AGO, realizada em 15 de junho de 2025, referente ao resultado apurado em 31 de dezembro de 2024. Além disso, foram reconhecidos os dividendos mínimos, conforme determina o Estatuto Social, no valor de R\$ 1.932.446.

## 19.1 Pessoal-chave da Administração

A Companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A remuneração da Administração da Companhia é paga pela China Energy Overseas Investimento Gestão e Serviços do Brasil Ltda. (CEEC Brasil).

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço.

## 20 Compromissos futuros

A seguir estão divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	2026	2027	2028	2029 a 2037
CUST (a)	1.088.989	1.089.435	1.089.882	10.923.427
Manutenção (b)	930.014	930.396	930.777	9.328.786
Seguros (c)	445.047	445.230	445.412	4.464.181
<b>Total</b>	<b>2.464.051</b>	<b>2.465.061</b>	<b>2.466.072</b>	<b>24.716.394</b>

### b. Encargos devidos ao uso do sistema de transmissão (CUST)

Durante toda a operação dos projetos a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso de sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) para empreendimentos contados na rede de transmissão.

### c. Contratos de operação de manutenção

A Companhia possui contrato de longo prazo com fornecedor para manutenção das usinas fotovoltaicas.

**d. Seguros**

A Companhia mantém contratação de seguros que proporcionam cobertura para eventuais riscos operacionais, de responsabilidade civil e de perda e/ou deterioração dos ativos. A Administração considera que os valores segurados são suficientes para proteção de todos os ativos e compromissos de valores relevantes de alto nível de risco.

**21 Provisões para perdas em processos administrativos e judiciais**

A Companhia não foi parte em processos administrativos e judiciais oriundos do curso normal de suas operações. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos externos, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão de contingência no passivo ou de divulgação em nota explicativa, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

**22 Instrumentos Financeiros**

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros, de acordo com as políticas contábeis descritas na nota explicativa 4(a). O gerenciamento dos instrumentos financeiros ocorre por meio do acompanhamento da variação das taxas de juros e indexadores de empréstimos, da avaliação do risco de crédito de seus ativos, do monitoramento das cláusulas de covenants e da projeção do fluxo de caixa para os próximos exercícios financeiros.

**a. Classificação dos Instrumentos Financeiros**

	Valor Justo por Meio do Resultado		Custo Amortizado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Ativos</b>				
Caixa e conta corrente	-	-	67.943	2.260.107
Aplicações financeiras	25.753.407	14.051.140	-	-
Contas a receber	-	-	2.597.440	2.765.192
Outras contas a receber	-	-	594.351	1.050.499
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	-	-	799.741	1.132.430
Dividendos a Pagar	-	-	6.526.920	-
Outras contas a pagar	-	-	689.680	200.332
Empréstimos e financiamentos	-	-	55.154.504	60.640.631

**b. Valor justo dos instrumentos financeiros**

	Nível (*)	2025		2024	
		Valor Contábil	Valor justo (i)	Valor Contábil	Valor justo (i)
<b>Ativos</b>					
Caixa e conta corrente	Nível 2	67.943	67.943	2.260.107	2.260.107
Aplicações financeiras	Nível 2	25.753.407	25.753.407	14.051.140	14.051.140
Contas a receber	Nível 2	2.597.440	2.597.440	2.765.192	2.765.192
Outras contas a receber	Nível 2	594.351	594.351	1.050.499	1.050.499
<b>Passivos</b>					
Fornecedores	Nível 2	799.741	799.741	1.132.432	1.132.432
Dividendos a pagar	Nível 2	6.526.920	6.526.920	-	-

Outras contas a pagar	Nível 2	689.680	689.680	200.332	200.332
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	55.154.504	55.154.504	60.640.631	60.640.631

- (i) A Administração da Companhia entende que o valor de mercado de seus financiamentos é similar ao valor contábil.
- (\*) A Companhia segue a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação

Nível 1 – preços cotados nos mercados para ativos e passivos idênticos

Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

### **c. Gerenciamento de riscos financeiros**

A Companhia é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites:

#### **(iv) Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito. Em 2025 e 2024, a Administração avaliou não necessário o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contratos.

##### *Contas a receber*

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais do cliente. A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas esperadas com relação às contas a receber de clientes. As estimativas são calculadas com base no registro histórico de descumprimento contratual e/ou inadimplências. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia avaliou não necessário o reconhecimento de uma provisão para redução ao valor recuperável.

##### *Aplicações financeiras*

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em aplicações financeiras que tenham um mercado líquido.

#### **(v) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, se causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

*Exposição ao risco de liquidez*

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais:

	Valor Contábil	Até 2026	Até 2027	2028 à 2037	TOTAL
Fornecedores	799.741	799.741	-	-	<b>799.741</b>
Empréstimo	55.154.504	4.409.118	4.459.766	59.261.981	<b>68.130.865</b>
Dividendos a Pagar	6.526.920	6.526.920	-	-	<b>6.526.920</b>
Outras contas a pagar	689.680	689.680	-	-	<b>689.680</b>

**(vi) Riscos de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

*Análise de Sensibilidade*

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus Instrumentos Financeiros com o objetivo de mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado para preparação destas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco detectado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas.

	Cenário Realizado	Cenário Provável	Sensibilidade		
	31/12/2025	31/12/2026	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
<b>Variação das taxas de juros e índices</b>					
Risco de aumento do taxas de juros e IPCA	4,36%	3,91%	-0,45%	-0,56%	-0,68%
Risco de redução das taxas de juros e CDI	15,00%	12,00%	-3,00%	-3,75%	-4,50%

	Índice	Saldos em 31/12/2025	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
<b>Risco de variação do passivo</b>					
Empréstimos e financiamentos	IPCA	64.133.149	(288.599)	(360.749)	(432.899)

Fundo de reserva vinculado ao empréstimo	CDI	(8.978.645)	(269.359)	(336.699)	(404.039)
<b>Total</b>		<b>55.154.504</b>	<b>(557.959)</b>	<b>(697.448)</b>	<b>(836.938)</b>
<b>Risco de variação do ativo</b>					
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	25.753.407	(772.602)	(965.753)	(1.158.903)
<b>Total</b>		<b>25.753.407</b>	<b>(772.602)</b>	<b>(965.753)</b>	<b>(1.158.903)</b>

## 23 Eventos Subsequentes

Após a data-base das informações financeiras, a garantia anteriormente vinculada a uma operação de crédito específica da Companhia foi liberada pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB). Em decorrência desse evento, foi autorizada a liquidação da fiança bancária emitida pelo Banco BTG Pactual S.A., a qual estava condicionada à manutenção dessa garantia.

A liberação da garantia e o consequente pagamento da fiança bancária não afetam a posição financeira da Companhia na data-base.